

O programa Agronegócio na Escola: um estudo de caso sobre a educação ambiental empresarial nas escolas públicas brasileiras

Rodrigo Lamosa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, Bolsista CAPES, professor da Rede Municipal de Duque de Caxias (RJ) e Professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ.

rodrigo1281@yahoo.com.br

Resumo:

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), desde 2001, difunde sua autoimagem através do programa de educação ambiental “Agronegócio na Escola”, desenvolvido na rede pública de ensino de municípios do estado de São Paulo. Neste artigo, a proposta foi discutir, a partir da entrada de projetos de educação ambiental de organizações privadas nas escolas públicas, suas implicações para as estratégias empresariais e para a comunidade escolar. É possível identificar que a pedagogia empresarial, realizada no interior da escola pública, se constitui em uma poderosa ferramenta na conformação da hegemonia do agronegócio no país. Conclui-se que os projetos empresariais entram nas escolas públicas gerando uma contradição: ao mesmo tempo em que atendem algumas exigências atuais dos educadores, renova as teses de desprofissionalização e proletarização do trabalho docente, ao mesmo tempo em que retira qualquer possibilidade histórica de concretização do projeto gramsciano de escola desinteressada.

Palavras-chave: Agronegócio, escola, educação ambiental

Abstract: The Brazilian Association of agribusiness (ABAG), since 2001, diffuses its self-image through environmental education program "Agribusiness in school", developed in the public school system of municipalities in the State of São Paulo in Brazil. In this article, the proposal was to discuss, from the entry of environmental education projects of private organizations in public schools, their implications for business strategies and to the school community. It is possible to identify which business pedagogy, held within the public school, is a powerful tool in the formation of the hegemony of agribusiness in the country. It is concluded that the business projects entering the public schools leading to a contradiction: while that meet current requirements of educators, theses and renews the proletarianization of the teaching work, while removing any possibility of achieving the Gramscian disinterested school project.

Keywords: agribusiness – school – environmental education

Apresentação

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes de todos os segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificar estes segmentos em uma mesma representação patronal. A ABAG formou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país. Desde 2001, esta difusão passou a ser feita através programa educacional

“Agronegócio na escola”, desenvolvido na rede pública de ensino de diversos municípios do estado de São Paulo.

Este artigo propôs um estudo de caso (YIN, 2010) sobre o movimento de entrada do empresariado nas escolas públicas. A análise focalizou na formação e atuação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entre 1993 e 2011, relacionando o seu complexo pedagógico, formado a partir de quatro institutos e, em particular, o projeto Agronegócio na Escola, ao papel de partido do agronegócio, reunindo frações agropecuárias, industriais e, sobretudo, financeiras entre seus associados. O objetivo geral do artigo foi a análise, a partir de um debate histórico, do papel do braço pedagógico da ABAG, enquanto importante instrumento de formação política e divulgação da sociabilidade empresarial, no processo de reestruturação do papel dominante do patronato rural brasileiro.

A principal referência teórico-metodológica deste artigo foi o Materialismo Histórico, fundamental para a Educação Ambiental Crítica e Emancipatória (LOUREIRO, 2007 b), utilizada para contextualizar o movimento de reorganização da sociabilidade do patronato rural e a inserção de projetos empresariais de educação ambiental nas escolas. As categorias desenvolvidas por Gramsci completam o instrumento de análise, entre elas: Estado Ampliado, sociabilidade, hegemonia, conformismo, partido e escola desinteressada. A investigação se traduziu em um estudo de caso, na medida em que a ABAG, embora tenha tido papel de vanguarda, se insere, quatro anos antes da formação do Movimento Todos Pela Educação, em um conjunto de entidades empresariais a inserir programas em escolas públicas.

As principais fontes primárias analisadas neste trabalho foram os próprios documentos da ABAG, disponíveis em seus sites ou formatados em relatórios e informativos. Foram analisadas também diversas obras produzidas ou editadas pela associação do agronegócio, muitas delas escritas pelos seus próprios diretores.

As primeiras considerações da pesquisa apontam que o programa se insere nas escolas em um movimento contraditório que ao mesmo tempo em que oferece as escolas públicas um programa que debate meio ambiente com os alunos, oferece formação continuada e material pedagógico para os professores, privatiza as mesmas escolas e proletariza os trabalhadores da educação. Esta pesquisa ainda está em andamento e em meio a fase das entrevistas com os organizadores do programa na Secretaria Municipal de Ribeirão Preto, professores e com militantes do Movimento dos Sem Terra da região. O resultado destas entrevistas poderão reforçar alguns aspectos ou desvelar outros ainda não identificados.

1. O contexto de criação da ABAG

A criação da ABAG aconteceu, segundo os poucos trabalhos acadêmicos que analisaram o processo recente de organização do patronato rural, no contexto em que ganhou destaque nacional a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A OCB, fundada em 1969, foi à entidade de representação do patronato rural que reuniu as frações mais associadas ao processo de modernização do campo no Brasil, ocorrida entre os anos 1960 e 1970. A entidade foi presidida por Roberto Rodrigues durante todo este contexto e, junto com o diretor Ney Araújo¹, foi um dos principais responsáveis pela criação da ABAG.

¹ Ney Araújo, denominado por Roberto Rodrigues (s/d) como o “Dinamo do Agribusiness”, é engenheiro agrônomo, empresário e diretor ou presidente de inúmeras entidades: ABAG, OCB, Agroceres Importação e Exportação, Sociedade Brasileira da Agronomia, Sociedade Brasileira de defensivos para agropecuária, Associação Brasileira de Sementes, Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, entre outros.

A ABAG surgiu como uma organização de tipo novo, reunindo, além da OCB, a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), fundada em 1897, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criada em 1919. Enquanto Roberto Rodrigues ficou presidindo a OCB, a principal “representação legal-formal”, Ney Araújo se tornou presidente daquela que seria a principal “representação real” do patronato rural. (MENDONÇA, 2010a). A principal diferença entre os dois tipos de representação é que a nova organização não é um tipo tradicional de representação patronal, ou seja, não fala apenas em nome de uma fração agrária. A nova associação mobiliza entre seus associados um conjunto de frações agrárias e outras que historicamente estiveram associadas à urbanidade, no caso das frações industriais e financeiras.

O objetivo do partido do agronegócio foi formular e mobilizar, difundindo os interesses do conjunto das frações agrárias mais modernas do Brasil, além da unidade entre estas e outras frações da classe dominante. A ABAG está longe de ser apenas uma organização dos proprietários rurais. Desde sempre, seu objetivo foi aproximar a organização de grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, membros das frações industriais e, principalmente, financeiras. Assim, a ABAG reuniu as características necessárias para ser a precursora de um movimento de reorganização do padrão de sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro. A sociabilidade corresponde à forma com que as classes sociais produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, segundo Martins (2009), “sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo contexto.” (Idem, Ibidem, p. 11)

A reorganização do padrão de sociabilidade do patronato rural ocorreu desencadeada pela crise da representação do patronato rural, iniciada a partir das transformações surgidas do processo de modernização da agricultura brasileira. Esta modernização não operou mudanças apenas na base técnica da produção agrícola. Segundo Sônia Mendonça (2010), dois desdobramentos “não-econômicos” resultaram da modernização da agricultura brasileira: “a emergência de novas posições sociais” e a “redefinição dos papéis desempenhados pelo Estado em sentido estrito”. (Idem, Ibidem, p.26)

No processo de modernização da agricultura brasileira o divórcio, entre a agricultura, indústria e bancos, foi superado, segundo Muller (1981). O patronato rural se reorganizou também, assumindo novas formas, discurso e sujeitos, muitos dos quais representantes do capital industrial e financeiro. Entretanto, se por um lado a representação patronal estava muito fracionada, por outro a organização política deste patronato ainda estava longe de empreender alianças com outras frações da classe dominante, mesmo depois do divórcio campo-cidade ter sido superado na esfera da produção. Isto só seria superado na década de 1990, quando a ABAG conseguiu reunir todas as frações que “direta ou indiretamente encontram-se envolvidos com a atividade agrícola e agroindustrial.” (BRUNO, 1998, p.36)

A modernização da agricultura brasileira acirrou entre o patronato rural, as disputas pela hegemonia da fração agrária. A disputa pelo monopólio legítimo da fração agrária da classe dominante, tanto na sociedade civil, quanto no interior do estado estrito, antagonizou duas entidades patronais durante décadas: a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a primeira tinha raízes no Rio de Janeiro, a segunda era paulista. As diferenças entre as duas entidades patronais não são medidas pela localização, mas pelas divergências políticas que acirram as disputas entre as duas organizações, durante todo o período republicano (MENDONÇA, 1997). No entanto, não foram apenas as diferenças que

caracterizaram a relação entre estas duas entidades patronais. Em muitos momentos, como durante o golpe civil-militar, em 1964², os acordos eram maiores do que as divergências, sobretudo, quando diz respeito à intocabilidade do direito à propriedade.

A concorrência entre as representações patronais agrárias aumentou na medida em que a modernização da agricultura foi responsável por uma ampla diferenciação de interesses entre as frações da classe dominante no campo. Segundo Mendonça (2010), os efeitos da crise econômica da década de 1970, sobretudo a escassez de recursos públicos para o financiamento da agricultura na década de 1980, aprofundaram a crise de representação patronal. Da mesma forma que a modernização especializou a agricultura, produziu uma enorme variedade de representações e interesses divergentes, sobretudo, quando se relaciona as disputas pelo financiamento público.

A disputa pelos recursos públicos aumentou significativamente, a partir da crise econômica que combalou a capacidade de financiamento do estado brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980. A diminuição dos recursos do Estado, escasseados pela crise, agravou ainda mais as diferenças entre as frações da classe dominante, com reflexos para a representação patronal. Segmentada ainda mais com a criação de entidades de novo tipo, como as cooperativas, o patronato rural só conseguiu definir uma direção política de tipo partidária na década de 1990, com a criação da ABAG. Antes disto, porém, as frações mais modernas entre as frações agrárias foram organizadas por outra entidade que veio a ter papel decisivo na criação do partido do Agronegócio: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969.

2. A organização do complexo pedagógico da ABAG

Em sua criação, a ABAG se definiu como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns.” (ABAG, 1993, p.18) A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente, formação de intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, por fim, representar a articulação campo-cidade no interior da classe dominante, através da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital.

A ABAG formou ao longo das últimas duas décadas, um complexo pedagógico formado pelo Instituto PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), e o pelo Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). A atuação destes dois institutos é fundamental na produção de pesquisas para o agronegócio. As pesquisas servem tanto como suporte técnico-científico para os associados da ABAG, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados. Reconhecendo a importância destas organizações na elaboração e divulgação dos interesses do partido do agronegócio, PENSA e o GV Agro são entendidos neste artigo como aparelhos privados de hegemonia que garantem a chancela acadêmica para o discurso do agronegócio proferido pela ABAG.

O levantamento bibliográfico sobre o tema indicou que há poucos trabalhos de dissertação e teses que analisaram a organização do patronato rural no período recente da história brasileira. O instituto PENSA, segundo Pinto (2010), enquanto aparelho privado de hegemonia conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações

² Mendonça (2010), em pesquisa nas revistas oficiais de cada uma das entidades patronais, identificou que ambas apoiaram o golpe civil-militar.

agroindustriais que criariam a ABAG “visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política.” (Idem, *Ibidem*, p. 16).

O PENSA desde sua criação esteve situado fisicamente no interior da Universidade de São Paulo (USP) e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O programa se dedicou desde a origem tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas. Em rápida busca no site do instituto, é possível verificar que as pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos se dedicam prioritariamente aos estudos de caso, com a participação das empresas. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn³, visam se dedicar a “[...] situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional.” (ZYLBERSTAJN, 1993, p.23).

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. A produção dos intelectuais associados ao PENSA ou formado por este instituto foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isto foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG.

A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias à montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de cooperativas, como a Batavo, Cotia, Mococa, Carol, Holambra, Cooxupe, Copersucar e Fecotriço. Do setor ligado ao comércio estão a CPM Comércio Exterior Ltda., Agrocere S.A., Eximcoop, Cotia Trading Comércio, Exportação e Importação, Comercial Quintela e Casas Sendas. Entre as indústrias estão a Monsanto, VALE, Gerdau, Fertibras, Iochpe-Maxion, ICI do Brasil e Copas. Entre as empresas agroindustriais estão presentes a Sadia, Nestlé, Cambuhy, Suprarroz e Sanbra. Entre os bancos estão o Itaú, Santander, Banco Noroeste e o Credit Lyonnais. Há a representação da Bolsa de Cereais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias e Futuros e das Fazendas reunidas Cabrera. (ABAG, 2002)

O partido do agronegócio reivindica o número diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG, cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito. (ABAG, 2008)

O pensamento pedagógico produzido pela ABAG, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, se baseava no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para organizar esta estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A segurança alimentar foi o tema que difundido internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO), e nacionalmente pela ABAG. Para organizar a difusão da “responsabilidade social” e o compromisso do agronegócio com a “sustentabilidade”, termos retirados do próprio site

³ Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do departamento de administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.

do mais novo aparelho de hegemonia da ABAG foi criado, em 2008, o instituto para o Agronegócio Responsável (ARES).

A difusão da responsabilidade sócio-ambiental do agronegócio brasileiro é feita, portanto, pelo ARES, e difundido por todo o complexo pedagógico que inclui outros aparelhos privados de hegemonia: PENSA (USP), GV Agro e ICONE. O investimento no agronegócio é divulgado pela ABAG como a ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e estratégia para solução dos problemas sociais do país. Isto seria possível através do conceito de Segurança Alimentar que garantiria o aumento do consumo interno, melhoria na produtividade e, conseqüentemente, maior competitividade do país na globalização do mercado internacional.

3. A formação dos intelectuais orgânicos e a assimilação dos intelectuais tradicionais: a hegemonia do agronegócio

O complexo pedagógico da ABAG desempenhou papel fundamental para seus associados no sentido de formar na sociedade civil um conjunto de intelectuais que cumprem a função de dirigentes da classe. Estes são os intelectuais orgânicos, conforme denominou Gramsci (2011). Os intelectuais orgânicos de uma classe são sujeitos importantes na interação entre a sociedade civil e a sociedade política, espaços de consenso e de conflito. A sociedade civil é o espaço onde as classes e suas frações se organizam em aparelhos privados que tem a responsabilidade de construir a hegemonia, ou seja, o poder consensual. No entanto é necessário resgatar que as interpretações do pensamento de Gramsci que decretam a sociedade civil o espaço unicamente do consenso (BOBBIO, 2007), esquecem que a história dos movimentos sociais, dos sindicatos e associações de trabalhadores é parte da história da luta de classes, marcada pelo enfrentamento às milícias privadas. Ao mesmo tempo em que a sociedade política, ou seja, as agências do estado stricto, já não existem apenas sob a sua forma violenta e coercitiva, mas se sustentam também fazendo algumas concessões.

Os intelectuais orgânicos cumprem a fundamental tarefa de organizar sua fração de classe mediante seus interesses em ambos os espaços: na sociedade civil e na sociedade política, ou seja, no Estado em seu sentido ampliado. O Estado capitalista moderno não pode ser mais compreendido apenas pela sua força coercitiva, mas deve ser entendido em sua totalidade, ou seja, em toda sua extensão.

O intelectual organiza e desenvolve os aparelhos privados de hegemonia, através dos quais sua classe intervém na vida social. Estes aparelhos podem assumir inúmeras formas: jornais, rádios, centros de pesquisa universitários, institutos, partidos e etc., organizando sempre a intervenção de certa fração em espaços que podem ser públicos e privados.

Todos os homens, segundo Gramsci (2010), são filósofos, entendendo os limites da filosofia espontânea localizada no senso comum, na linguagem, na religião e no bom senso. “Assim, todos os homens são intelectuais porque fora de suas profissões são filósofos, artistas, participam de uma concepção de mundo ou possuem uma linha de conduta conscientemente definida e vinculada a essa concepção.” (BIANCHI, 2008:77) Entretanto, se posso considerar que todo homem é um intelectual posso também ter que só alguns exercem esta função na sociedade. Além disto, o exercício desta função não é autônomo e independente, só sendo compreendido em sua relação orgânica com uma determinada fração de classe, como afirmou o marxista italiano no caderno 12, dedicado à questão dos intelectuais:

“Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria conjuntamente, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais

que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político [...]” (GRAMSCI, 2010:15)

Ao se referir aos empresários, por exemplo, Gramsci identifica a capacidade destes desempenharem o papel de intelectuais, ou seja, organizadores de uma sociedade capitalista:

“[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.)” (Ibidem, 2010:15)

O Estado moderno capitalista, segundo Gramsci (2002:139), por “substituir o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente”, amplia suas funções, para além daquelas coercitivas que o caracterizam, para torna-se educador. Ao Estado capitalista impõe-se a “tarefa de formar um certo ‘homem coletivo’, ou seja, conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa.” (NEVES, 2005:26) Assim o Estado educador deve:

“Criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.” (GRAMSCI, 2000:23)

No papel de educador, o Estado moderno e, mais especificamente, as frações dominantes e hegemônicas deste Estado cumprem uma função pedagógica. Esta função se traduz em ações concretas, tanto nas agências estatais (ministérios, agências e secretarias), ou seja na sociedade política, quanto na sociedade civil. Na realidade:

“toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.” (GRAMSCI, 1999:399)

Nas sociedades em que o Estado moderno se desenvolveu, a pedagogia da hegemonia é exercida por meio de ações de aparelhos de hegemonia política e cultural da classe dominante, organizados e desenvolvidos pelos intelectuais orgânicos de cada uma das frações desta classe. Por meio de ações, formulações e divulgações, escolas, associações, meios de comunicação, igrejas, partidos e outras instituições, articulam-se às classes socialmente dominantes, constituindo-se num bloco histórico responsável. Assim, estes aparelhos cumprem uma dupla e complexa tarefa de, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais, visam harmonizar os “interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais.” (NEVES, 2005:27)

A tarefa cumprida pelos intelectuais, através dos aparelhos privados de hegemonia, é fundamental, uma vez que sem a organização do consenso é impossível transformar interesses particulares de algumas frações da classe dominante em interesses gerais de um país, por exemplo. Entretanto, a hegemonia de uma classe exige um duplo movimento. Não basta que as frações hegemônicas da classe dominante formem seus intelectuais orgânicos, como a ABAG realiza através de seu complexo pedagógico. A conquista da hegemonia exige também que estas frações tenham a capacidade de assimilar os intelectuais tradicionais da sociedade, ou seja, aqueles grupos de intelectuais que não desempenham um papel orgânico em uma determinada fração de classe no atual momento histórico, podendo ter desempenhado em outra determinada situação, como é o caso dos padres e professores.

Na atual conjuntura a assimilação dos professores pela sociabilidade dominante tem sido utilizada como um instrumento fundamental para a conformação da hegemonia burguesa. O movimento de entrada das empresas nas escolas tem cumprido um importante papel na difusão do ethos empresarial, utilizando um espaço de formação de milhares de jovens para promover um discurso sócio-ambiental que reproduz a sociabilidade dominante (KAPLAN, 2011). Este movimento ocorreu de forma organizada, com a participação efetiva de aparelhos privados de hegemonia, como os organizados pela ABAG, que mobilizaram empresários. Neste contexto, segundo Leher (2011):

“[...] essa investida sobre a educação pública vem sendo efetivada por meio de entidades âncoras em que um pequeno grupo de gestores se reveza na direção das mesmas. Assim, por exemplo, Milú Villela, do Instituto Itaú Cultural, é presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (novembro de 2009), do Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário e agora também do Comitê Executivo do ‘Compromisso Todos pela Educação’. As entidades que organizam essa ofensiva ocultam seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público.” (LEHER, 2011, p.25)

A inclusão da EA como tema central nos projetos empresariais que se inserem nas escolas públicas no Brasil está relacionada há diversas determinações (LAMOSA, 2010). Uma delas é assimilação do discurso da economia verde pelas iniciativas de marketing empresarial, denominado pelas empresas de responsabilidade sócio-ambiental que cumprem cada vez mais o papel de valorização da imagem do capital.

O relatório da pesquisa, realizada em 2006 pelo MEC, “O que fazem as escolas que dizem que fazem EA?” (LOUREIRO, 2007) apontou que as três principais questões a ser contempladas eram: a formação continuada, a gestão escolar e a questão curricular. É justamente nestes pontos que o projeto “Agronegócio nas escolas”, desenvolvido pela ABAG, afirma contemplar. No entanto, por outro lado, ao entrar na escola com uma receita pronta, o empresariado retira dos professores a autonomia e autoridade do processo de construção pedagógica. Neste momento acontece o processo de proletarianização (OLIVEIRA, 2004) destes professores que perdem o controle da produção do conhecimento no interior das unidades escolares.

4. O Agronegócio na Escola e a nova imagem do patronato rural

Na medida em que a educação brasileira se expandiu, sobretudo no segmento do Ensino Fundamental e, mais recentemente, no próprio Ensino Médio, o interesse do

empresariado em se inserir nas escolas aumentou. O movimento “Todos pela Educação”, criado em 2006, propôs a “parceria” de todos os segmentos da sociedade, incluindo, sobretudo, seus fundadores e associados, com as escolas públicas, espaço de formação de milhões de jovens em todo o país (LEHER, 2011). A força de mobilização, deste movimento está inserida em um contexto mais amplo de reorganização da sociabilidade da classe dominante no Brasil (NEVES, 2005), onde o empresariado assumiu uma fisionomia neofilantrópica, se aproximou do discurso ambiental e passou a ter na escola pública um espaço de difusão desta nova imagem.

A ABAG pode ser considerada uma vanguarda deste movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza desde 2001, em “parceria” com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o programa Agronegócio na escola. O programa está situado em uma região do caracterizada por constantes conflitos entre o agronegócio e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos. O programa, portanto, se insere na estratégia da ABAG em reorganizar a sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, operando novas táticas políticas com o objetivo de difundir a nova imagem do patronato rural, representado no atual contexto pelo agronegócio.

A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do Agronegócio visa “promover a valorização da imagem do agronegócio”, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na escola, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação.” A valorização da imagem do Agronegócio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da “consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região”.

O programa Agronegócio na escola está inserido no projeto de hegemonia da ABAG. Por um lado o partido do agronegócio organizou seu braço pedagógico, formado pelo PENSEA (USP), GV Agro (FGV-SP), ARES e ICONTE, visando operar à formação de seus intelectuais orgânicos. Através do programa Agronegócio na escola a ABAG incorporou em seu projeto de hegemonia os intelectuais tradicionais associados ao sistema público de educação. Segundo Gramsci, “uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais (...).” (GRAMSCI, 2011, p. 206) Os intelectuais tradicionais são aqueles vinculados a instituições herdadas pelo capitalismo de épocas anteriores, como é o caso do sistema escolar.

A assimilação da escola pública e seus intelectuais ao projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira desta escola seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados. Assim, não é a comunidade escolar que produz seu projeto político pedagógico e seus mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular, mas certos interesses passam a mediar escolhas, a partir de então determinadas por benefícios materiais (material didático de qualidade, oferta de cursos, de complementação de renda etc.) e convencimentos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação ambiental privados no espaço escolar público (LAMOSA, 2010). A escola “desinteressada” (GRAMSCI, 2011), aquela em que a formação dos jovens não se dá mediada por interesses privados, exige o caráter público

que é antagônico ao processo de privatização exercido por programas como o Agronegócio na escola.

A escola pública, por ser o espaço obrigatório de educação para milhares de jovens, tornou-se há dez anos (2001-2011) uma parceira na divulgação da autoimagem construída pela ABAG. Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG, acessado em 10 de novembro de 2012).

Em 2008, o Programa sofreu ajustes decorrentes de novas diretrizes da Secretaria Estadual da Educação. Em virtude das mudanças, vinte e nove escolas, de seis Diretorias de Ensino, participaram do Programa. Ao todo, próximo de 4.800 alunos realizaram cerca de noventa visitas de campo às propriedades de associados da ABAG. Desde 2009, a ABAG firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão Preto a primeira a assinar o convênio. Segundo o site da associação, participaram do projeto cerca de 5.300 alunos de vinte e cinco escolas do município.

O programa se expandiu pelo estado de São Paulo e, em 2012, já está presente em sessenta e seis escolas de quatorze municípios. Nos mais de dez anos de história do programa, mais de 110 mil alunos foram educados pelo agronegócio. Um dos objetivos do Programa Agronegócio nas escolas, expostos no site oficial da ABAG, é unir as oportunidades dos alunos, os interesses de divulgação das empresas, associadas da ABAG na região, visitadas pelo projeto, e a preservação ambiental:

Possibilitar aos alunos a conexão entre teoria e prática, levando a realidade para a sala de aula e vice-versa; oferecer oportunidades para que os alunos ampliem seus horizontes, enxerguem perspectivas, se orgulhem da região onde vivem; mostrar as diversas categorias profissionais envolvidas nas atividades do Agronegócio; contribuir para a diminuição da evasão escolar, estimulando o interesse e participação nas disciplinas cursadas; conscientizar os alunos sobre a necessidade da preservação ambiental, do resgate dos valores de cidadania e da melhoria na qualidade de vida. (Site oficial da ABAG, acessado em 10 de novembro de 2012).

A investigação documental sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do agronegócio brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a “conscientização” das crianças vêm ocorrendo por meio da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação. O “prêmio professor” avalia aqueles profissionais em seu processo de formação, que envolve palestras e visitas as unidades produtivas das empresas associadas da ABAG, e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham computadores e um passeio na feira Agrishow, organizada pela ABAG em Ribeirão Preto.

Os alunos são incentivados a participar do programa por intermédio da visita às empresas associadas à ABAG e através de concursos de frases e desenhos, cujo tema é o próprio agronegócio. Em 2011, as frases vencedoras foram:

Agronegócio: uma palavra, milhões de emprego; Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro!; Agronegócio: é o combustível que faz o mundo funcionar; Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio.

Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade; Agronegócio: simples pra quem vê, essencial para quem vive.(ABAG-RP, 2011, p.13).

O resultado do concurso de frases permite identificar como os valores promovidos pela ABAG foram assimilados pelos alunos. A nova imagem do agronegócio brasileiro, promovida pelo programa, através da apostila, das visitas às empresas associadas à ABAG e pela política de premiação fica expressa nas frases vencedoras. É evidente que o programa não atinge cem por cento daqueles que são formados por ele, educadores e alunos, mas as frases vencedoras mostram que entre os 100 mil alunos que passaram por ele, muito foram educados pelo agronegócio.

O papel dos docentes no programa é o realizar o papel de mediação entre a ABAG e os alunos. No programa de televisão “Ação Cooperativa” que foi ao ar no canal Bandeirante, no dia 23/06/2012, a coordenadora do programa foi entrevistada, deixando claro o papel dos educadores e seus objetivos:

Estas visitas são importantes porque elas trazem os professores até as empresas do agronegócio para que eles conheçam o real valor do setor e o que isto agrega de valor na região. Depois estes professores vão passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então estes alunos ficam motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação.

Na fala da coordenadora do programa é possível identificar que o papel dos docentes se reduz a “passar” aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do agronegócio na região. O resultado esperado pela coordenadora, como resultante do processo de ensino-aprendizagem, é no mínimo curioso. A proposta de educar os alunos para fazer frases, desenhos e participar dos concursos indica ser esta a principal forma de internalização entre os alunos da nova imagem promovida pelo agronegócio brasileiro, expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG.

A principal implicação do programa Agronegócio na Escola para o trabalho docente é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. Este é o principal aspecto que atualiza as teses de proletarização e desprofissionalização docente, muito recorrente em trabalhos acadêmicos durante toda a década de 1980 (OLIVEIRA, 2004). Segundo estas duas teses, o profissional perdeu sua autonomia para conduzir o processo de ensino aprendizagem, elemento indispensável a profissionalização da carreira docente, e, sobretudo, o controle dos instrumentos de produção do conhecimento, tornando-se um proletário, um entregador de conhecimento, como fica claro na fala da coordenadora do programa Agronegócio na Escola.

Entre os alunos, a principal questão, debatida inclusive em reuniões do Conselho Municipal de Educação, é a perda da criticidade do processo de aprendizagem, como é possível identificar pela ata da reunião do dia 23/02/2011:

A conselheira Adriana disse que muitos projetos precisam ser repensados, porque possuem um viés ideológico e isso é perigoso e citou o Agronegócio na escola. Afirmou que apesar dos projetos chegarem como opcionais para a escola há uma pressão indireta e velada. Na verdade não é dessa forma que devemos estruturar e conduzir projetos a serem desenvolvidos na escola. A conselheira Ana Paula também se revelou preocupada com projetos dessa natureza, pois devemos apresentar aos alunos as várias dimensões da agricultura e não uma visão única, fechada em determinado modelo. O conselheiro Arnaldo, também se mostrou preocupado em especial com esse projeto. (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2011).

. Conclusão

Este artigo conclui que o esforço feito pelo patronato rural para reorganizar o padrão de sociabilidade no campo brasileiro, nos últimos trinta anos, se materializou na atuação da ABAG. Esta transformação se deveu a capacidade do patronato rural de se reorganizar e, sobretudo, organizar uma importante organização, responsável por desempenhar o papel do Moderno Príncipe do Agronegócio, expressando mais que uma aliança provisória. A formação da ABAG regimentou a unidade política do patronato rural com as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras.

A unidade política e a transformação da imagem do patronato rural se materializaram na formação de uma organização de novo tipo: ABAG. Através desta organização, o patronato rural, unido ao capital industrial, comercial e financeiro, passou a organizar a formação de intelectuais que através dos institutos de ensino superior na USP e na FGV-SP, a produção de periódicos, artigos e livros, além difundir suas propostas através de projetos como o Agronegócio na Escola. Estas ações visam ora formar os dirigentes e quadros intermediários dos associados da ABAG, ora difundir o novo padrão de sociabilidade do patronato rural.

Na análise do braço pedagógico da ABAG, foi possível verificar a capacidade decisiva para mobilizar, formar e difundir um novo projeto de hegemonia. A ação destes aparelhos se estende desde cursos de graduação e pós-graduação que visam à formação de intelectuais, a produção de revistas e projetos, orientados pelo ideário da responsabilidade social e sustentabilidade do agronegócio, até o programa educacional “Agronegócio na Escola”.

É possível identificar que a associação assumiu seu papel difusor da nova sociabilidade do patronato rural: moderna, responsável socialmente e, principalmente, sustentável. Em seu site oficial, a associação esclarece: “Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG criou o ‘Agronegócio na Escola’”. As implicações do programa de educação ambiental “Agronegócio na escola” para a comunidade escolar são diversas. Por um lado, e aparentemente contraditório, o programa garante elementos indispensáveis à qualidade da escola pública: formação de professores, material didático e projetos educacionais. Entretanto, a inserção do programa organizado por uma entidade privada retira completamente a possibilidade de existência do caráter público da escola, dado que o ensino promovido neste espaço passa a ser mediado por interesses privados. A “escola desinteressada”, defendida por Gramsci como modelo de escola pública fica, então, impedida por um projeto de “escola interessada” quando tem seus interesses confundidos com o mercado. Por fim, a consequência última é a proletarização dos professores que perdem o controle da produção de conhecimento no interior das escolas.

O artigo concluiu que a formação da ABAG materializou a unidade política do patronato rural com as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. O complexo pedagógico da ABAG é responsável, ora por formar os intelectuais do agronegócio, ora por difundir suas propostas através de projetos de educação, como o programa de educação ambiental “Agronegócio na escola”. A escola, local obrigatório de formação de milhares de jovens, no contexto de reorganização da sociabilidade do patronato rural brasileiro, se tornou fundamental na divulgação da nova imagem desta classe.

Referência Bibliográfica

- ABAG. *15 anos ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. São Paulo: ABAG, 2008.
- _____. *Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness*. São Paulo: ABAG, 1993.
- _____. *Agribusiness Brasileiro: a história*. São Paulo: Evoluir, 2002.
- _____. *Programa Agronegócio na escola*. Disponível em <http://www.abagrp.org.br>. Acesso em 05 de Janeiro de 2012.
- ABAG-RP. *Comunicação no Agro*. 2011.
- BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/conselho/i15ind-conselho.php>. Acesso em 20/02/2013.
- GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935* / Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LEHER, R. *Desafios para uma educação além do capital*. In: István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.
- LAMOSA, R. *A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PPGE/UFRJ, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B. e COSSÍO, M. F. B. *Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas*. In: MELLO, S. e TRAJBER, R (Orgs.) *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental*. Brasília: MEC/UNESCO, 2007 a.
- _____, C.F.B. (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: Natureza, trabalho e educação*. RJ: Quartet, 2007 b.
- Kaplan, L. *Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de Educação Ambiental no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PPGE/UFRJ, 2011.
- MARTINS, A. S.. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- _____. *Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI*. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho de 2010.
- MENDONÇA, S.R. *Ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.
- MULLER, G. *O complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: FGV, 1981.
- NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, D. A. *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização do trabalho docente*. Revista Educação e Sociedade, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- PINTO, R. G. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação de mestrado, defendida no Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso – planejamento e método*. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2010.

ZYLBERSZTAN, D. & SCARE, R. F. (org.). *Estudos de casos em agribusiness*. Porto Alegre, RS: Ed. Ortiz, 1993.